

**COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA**  
**Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê do Fundo de Transição**

<b>Data:</b> 03 de agosto de 2017	<b>Local:</b> Esplanada dos Ministérios, 8º andar, sala 814 – Brasília/DF
<b>Horário:</b> 11:00 até 17:00 hrs	
<b>Número total de participantes:</b>  Número De Membros Institucionais: 05 Número De Membros Corporativos: 01 Número De Membros Individuais: - Membros Do Governo: 02  <b>Número de outros participantes</b>  1) Consultor intrínseco – ICMBio: 01 2) Secretaria e outros observadores: 16  Listagem completa de participantes: em anexo Presidente da reunião: Antônio Paulo de Azevedo Sodré	

### **Agenda do Dia:**

1. Introdução: Boas vindas, encaminhamentos e deliberações da última reunião
2. Atualização sobre composição:
  - Apresentação representante MPOG
3. Atualização sobre a revisão do modelo de custos
4. Apresentação principais pontos Relatório B como subsídio ao pedido de desembolso:
  - Condições de Desembolso
  - Orçamento para consolidação e criação
5. Almoço no local
6. Apresentação principais pontos Relatório J:
  - Aplicação da fórmula para condições de desembolso
  - Proposta final de desembolso para o próximo biênio
7. Atualização e deliberações sobre Programa Paisagens Sustentáveis (Doação GEF)
8. Proposta BNDES
9. Nova representação do CFT no CP
10. Discussão sobre proposta para nova rodada de captações privadas
11. A questão da inserção dos OGs estaduais:
  - Articulação com os OGs estaduais
  - Andamento da consultoria contratada
12. Ativos financeiros:
  - Atualização contratação gestor de ativos internacional
  - Atualização sobre transferência de recursos FAP
13. Encerramento da reunião

### **I. INTRODUÇÃO: BOAS VINDAS, ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES DA ÚLTIMA REUNIÃO**

Anotadas as presenças de 04 membros doadores institucionais do Comitê do Fundo de Transição (CFT), Antônio Paulo de Azevedo Sodré (WWF Brasil), Meg Symington (WWF-US), Christian Lauerhass (KfW), Vecita Chicchón (Gordon e Betty Moore Foundation) e Gustavo Fonseca (GEF) via telefone em parte da reunião; 01 membro doador corporativo Felipe Starling (Anglo American); 02 membros do governo Warwick Manfrinato (MMA) e Marcelo de Paula (MPOG) e do Consultor Intrínseco, representado por Paulo Carneiro (ICMBio). Estiveram presentes também José Pedro Costa (SBio/MMA), Welles Abreu (SECEX/MMA), Thiago Barros (DRE/MMA), Renata Gatti e Christophe Balmant (DAP/MMA), Edegar Silva (consultor MMA), Julia Zapata e Adriana Leão (ICMBio), Marco Lentini e Mauricio Voivodic (WWF-BR), Tiago Alves (Anglo American), Simon Triebel (KfW), Rosa Lemos, Manoel Serrão, Ilana Nina e Clarissa Pimenta do Funbio, instituição encarregada de exercer as funções de Secretaria Executiva do CFT.

Paulo Sodré inicia a reunião dando boas-vindas aos participantes e repassando os encaminhamentos e deliberações da última reunião.

A respeito do assento solicitado para o Banco Mundial no CFT, informa que a Adriana Moreira esclareceu que por questões internas do Banco, este não deve ter um membro formal dentro do CFT. Sendo assim, Adriana continuará participando das reuniões como convidada, mas sem a posição de membro formal do Comitê.

Paulo solicita que os relatórios do FT sejam encaminhados com maior antecedência pelo MMA para que o Funbio possa processar as informações e elaborar seus relatórios. Com relação aos demais temas que exigem a deliberação do CFT, pede que o prazo de envio das informações seja de 20 dias, permitindo que o Comitê possa se reunir para discutir e avaliar a documentação encaminhada de forma mais profissional.

Com relação às datas das reuniões, sugere que em 2018 tente-se agendar sempre as reuniões de CFT e CP em dias sequenciais, de forma a facilitar o alinhamento das decisões nas duas instâncias.

## **II. ATUALIZAÇÃO SOBRE COMPOSIÇÃO: APRESENTAÇÃO REPRESENTANTE MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO (MPOG)**

José Pedro assume a fala e apresenta o representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no CFT, Marcelo de Paula (SEAIN/MPOG).

Informa também que foi definido o novo coordenador da UCP, Jorge Madeira Nogueira Junior, que já trabalhou no ICMBio e no momento é funcionário da Embrapa. Passa a palavra ao Thiago Barros, que informa que já trabalhou com Jorge em projetos com recursos internacionais como o GEF Terrestre, na parte da modelagem da sustentabilidade financeira do projeto, além de um projeto de cooperação técnica com a USAID e outros projetos desenvolvidos internamente no MMA. Tem histórico em trabalhos com Unidades de Conservação (UCs) e projetos de cooperação internacional, portanto tem muito a contribuir enquanto Coordenador do Programa Arpa.

Thiago ocupa no momento um cargo no Departamento de Recursos Externos (DRE) dentro da Secretaria Executiva do MMA, e, portanto, seguirá acompanhando de perto as reuniões do Arpa. Warwick informa que por enquanto a Renata Gatti (MMA) segue como representante da UCP, até que o Jorge possa assumir oficialmente.

## **III. ATUALIZAÇÃO SOBRE A REVISÃO DO MODELO DE CUSTOS**

Renata Gatti apresenta a revisão do modelo de custos, e informa que foram feitos pequenos ajustes para a correção da inflação e atualização do status de consolidação das UCs a partir da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC). Foi realizado também um ajuste na alocação de recursos para revisão do Marco Referencial (MR) Plano de Manejo, de forma a contemplar apenas as UCs que de fato tem essa demanda de revisão.

A revisão do modelo incluiu recursos para apoio aos processos de criação, sendo contabilizado o saldo restante dos 13 processos já apoiados desde a Fase II mais o apoio às 10 novas propostas que serão

apresentadas nessa reunião, além de um orçamento extra de R\$600.000 para o apoio a eventuais propostas de criação que possam aparecer ao longo do biênio. Por fim, foi também realizado um ajuste para a individualização das UCs que realizam a execução em gestão integrada hoje no Programa, de forma a corrigir distorções ocorridas no último planejamento e disponibilizar recursos que de fato atendam às necessidades de todas as UCs do bloco.

Renata destaca que no âmbito do MMA foi realizada uma contratação por meio do projeto Life Web para desenvolver a modelagem de custos para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Nessa contratação há espaço para rediscutir os tetos, alocação de recursos e a modelagem financeira também para o Arpa, utilizando os fóruns para atualizar os valores para as linhas apoiadas pelo programa.

Renata apresenta os resultados da modelagem inicial (modelo A), considerando apenas a correção da inflação, e a modelagem após a inclusão dos ajustes citados (modelo B). Os ajustes resultaram em um acréscimo de aproximadamente R\$3 milhões para o biênio (total R\$181.477.444,07), principalmente devido à inclusão do apoio aos processos de criação.

**Tabela 1.** Valores da modelagem A, incluindo apenas a correção da inflação, e da modelagem B, após os demais ajustes.

Custos	Modelo A – apenas inflação (em R\$)			Modelo B – ajustes realizados (em R\$)		
	2018	2019	Total	2018	2019	Total
Criação	821.010,55	-	821.010,55	2.836.859,15	2.129.989,09	4.966.848,24
Consolidação Investimento	37.162.904,14	1.687.594,46	38.850.498,60	38.897.581,13	1.949.362,60	40.846.943,73
Consolidação – Manutenção	68.175.752,40	70.452.176,22	138.627.928,62	66.904.768,39	68.758.883,71	135.663.652,10
<b>Total</b>	<b>106.159.667,09</b>	<b>72.139.770,68</b>	<b>178.299.437,77</b>	<b>108.639.208,67</b>	<b>72.838.235,40</b>	<b>181.477.444,07</b>

Paulo Sodré pergunta sobre o impacto da revisão do modelo sobre o Fundo até 2039. Renata ressalta que a previsão de consolidação de todas as UCs é em 2019, e a partir de então os custos seriam apenas de manutenção, e não mais de investimentos. Sendo assim, a revisão apresentada não teria impacto negativo na modelagem de longo prazo do FT.

Ilana esclarece que foram realizadas reuniões conjuntas entre MMA e Funbio para a revisão do modelo, mas que a revisão completa não pôde ser concluída até a data da reunião. Sendo assim, optou-se por apresentar uma revisão preliminar que permitisse o cálculo do desembolso do próximo biênio para deliberação pelo CFT. **Paulo solicita que na próxima reunião seja apresentada a versão completa do modelo atualizado. Pede também que seja incluída na pauta das reuniões do CFT uma apresentação mostrando a projeção até 2039 e a situação atual de recursos do Fundo.**

#### IV. APRESENTAÇÃO PRINCIPAIS PONTOS RELATÓRIO B COMO SUBSÍDIO AO PEDIDO DE DESEMBOLSO: CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO E ORÇAMENTO PARA CONSOLIDAÇÃO E CRIAÇÃO

Renata apresenta o relatório B e o andamento das Condições de Desembolso (CDs). Das 11 condições, nove foram plenamente atendidas e duas foram parcialmente atendidas (Condições 8 e 11). São então apresentadas as Condições que tiveram alguma atualização no período.

Com relação à Condição de Desembolso 1 – Manual Operacional (MOP) alinhado com os objetivos do Fundo de Transição, Renata apresenta a proposta de atualização da relatoria. O objetivo seria evitar a redundância das informações nos documentos, mantendo o nível de detalhamento com um menor número de relatórios. A UCP sugere alterar a periodicidade dos relatórios A e F de anual para bianual, e incluir no relatório C o conteúdo mínimo do relatório F. Nos anos de planejamento (anos ímpares) seriam entregues os relatórios B e C, e nos anos pares, os relatórios A e F. Dessa forma, as informações referentes ao status de consolidação, contrapartida, execução e FAUC seriam entregues de forma alternada nos relatórios a cada ano.

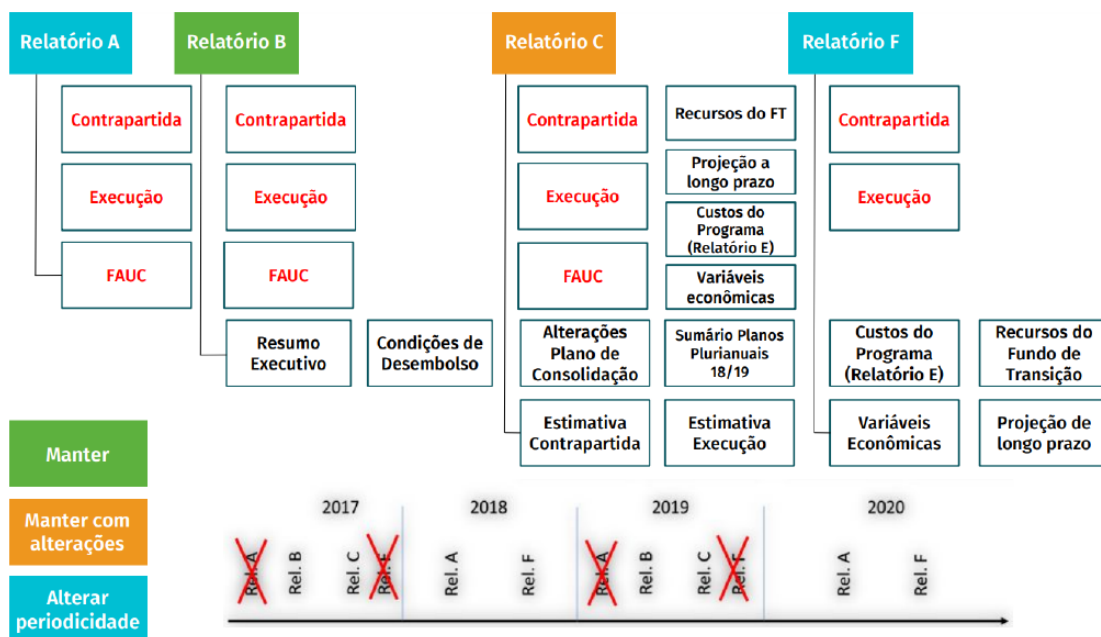


Figura 1. Proposta de alteração dos relatórios do FT.

Paulo pergunta se o Funbio está de acordo com a proposta apresentada pela UCP. Ilana informa que de fato há muita sobreposição de informação nos relatórios no formato atual e que a proposta de alteração é boa, sugerindo que o CFT delibere sobre a proposta apresentada. **O CFT aprova unanimemente a sugestão de alteração dos relatórios do FT. Os relatórios A e F passam a ser entregues bianualmente, nos anos de planejamento, e o relatório C passa a incluir o conteúdo mínimo do relatório F.**

Renata passa então à segunda proposta de alteração no MOP, visando à inclusão das atividades apoiadas pelo subcomponente 2.3 na Fase II do Arpa no Marco Referencial (MR) de Gestão Participativa da Fase III

(FT). O objetivo desse subcomponente é apoiar o fortalecimento institucional das organizações residentes dentro ou no entorno das UCs. Foram apoiados na Fase II 30 projetos com resultados muito significativos. Em 2016 foi realizada uma oficina de encerramento desses projetos, e dela saiu um documento formal dos gestores solicitando que as atividades tivessem continuidade no FT.

Renata informa que o MR de Gestão Participativa do FT poderia prever o apoio à maior parte dessas atividades. O histórico de execução desse MR é em torno de 70% dos recursos, portanto os tetos atuais já seriam suficientes para abarcar as novas atividades sem a necessidade de um aporte adicional de recursos, sendo necessário apenas incluí-las como atividades elegíveis no MOP. Os 30 projetos apoiados na Fase II foram divididos em cinco linhas temáticas principais, sendo elas: (1) Conservação e Manejo de Recursos Naturais; (2) Gestão Integrada de UCs e Terras Indígenas; (3) Fortalecimento da Organização Comunitária; (4) Formação e Capacitação; e (5) Produção Agroecológica. A UCP solicita então a aprovação do CFT para a inclusão das quatro primeiras como atividades elegíveis no MOP, à exceção da Produção Agroecológica, que fugiria ao escopo do MR Gestão Participativa.

Rosa Lemos (Funbio) reitera a importância de manter o apoio a essas atividades na Fase III, e ressalta que é importante criar uma linha específica que permita um registro adequado dos investimentos nesses projetos comunitários, considerando sua importância no âmbito social que muitas vezes é subvalorizada nas relatorias do programa. A UCP concorda. **O CFT aprova a inclusão de quatro atividades elegíveis pelo MR Gestão Participativa: (1) Conservação e Manejo de Recursos Naturais, (2) Gestão Integrada de UCs e Terras Indígenas, (3) Fortalecimento da Organização Comunitária e (4) Formação e Capacitação. Fica acordada a criação de uma linha específica que permita a relatoria financeira para os projetos comunitários.**

Avecita questiona se o apoio a essas novas atividades alteraria o modelo financeiro do Programa. Renata esclarece que não, já que não há a necessidade de aporte adicional de recursos para tal, sendo mantidos os tetos atuais. Manoel esclarece que o modelo atual comporta muito bem esses ajustes devido às questões de câmbio e inflação. No entanto, deve-se monitorar a execução dos recursos do Fundo para que em médio prazo seja feita uma nova avaliação do modelo e seu andamento até o final do programa. Ressalta também a importância desses projetos comunitários para o Banco Mundial e o projeto GEF Paisagens Sustentáveis Amazônicas, que aportará US\$30 milhões ao FT.

Com relação à Condição de Desembolso 2 – Inexistência de Perda Líquida em UCs, Renata informa que foram criados desde o início do FT, em dezembro de 2013, 2.045.218 ha de UCs com apoio do programa e dentro das 5 categorias elegíveis no Arpa. Nesse mesmo período, houve uma redução de 862 ha nas UCs apoiadas pelo programa devido à Lei 13.452/2017 que reduziu a área do Parque Nacional do Jamanxim para a passagem da ferrovia Ferrogrão. Sendo assim, o saldo líquido no período (área criada – área desafetada) foi positivo em 2.044.356 ha, e, portanto, a condição foi atendida.

Paulo Carneiro pede a palavra e esclarece que na realidade a área desafetada foi de 462 ha, pois quando o PN do Jamanxim foi delimitado foi utilizado como limite a faixa de domínio da BR-163. No entanto, essa faixa de domínio só foi delimitada após a criação do Parque, e inclui uma área de 462 ha que, portanto, já não era parte do Parque desde sua criação, mas que ainda não haviam sido devidamente delimitados no

shape da UC. Sendo assim, a área realmente reduzida do Parque após a Medida Provisória 758 foi de 462 ha.

A Condição de Desembolso 8 prevê uma meta de criação de 1 milhão ha de novas UCs em 2014, 2 milhões ha em 2015 e 3 milhões ha em 2016, totalizando 6 milhões até hoje. Renata informa que foram criados no período 3.485.534 ha com apoio do programa. No entanto, como a meta contabiliza apenas as UCs criadas nas 5 categorias elegíveis pelo Arpa, a área total contabilizada é de 2.045.218 ha, aproximadamente 33% da meta.

Renata apresenta então a nova lista com 10 propostas de criação para apoio do FT, sendo 5 propostas estaduais e 5 federais em uma área total de 2.494.082 ha. De acordo com o ICMBio, os processos federais já estão bem encaminhados, com previsão de criação ainda em 2017. No caso de Roraima, como o órgão gestor (OG) é novo no Arpa é necessário aguardar a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), e, portanto, a previsão de criação seria para 2018 ou 2019. O estado do Amazonas está passando nesse momento por um processo de eleição para novo governador, logo não há ainda uma previsão para a criação das áreas.

**Tabela 2.** Lista das 10 propostas de criação com pedido de apoio pelo Fundo de Transição.

#	Denominação	Finalidade	OG	Estado	Área (ha)	Estágio	Previsão de Criação
1	Parima	Criação	ICMBio	RR	164.111	Consulta Pública	2017
2	Viruíá	Ampliação	ICMBio	RR	70.076	Diagnóstico fundiário e consulta pública	2017
3	Maracá	Ampliação	ICMBio	RR	50.811	Consulta Pública	2017
4	RESEX São João de Piribas	Criação	ICMBio	PA	55.070	Consulta Pública	2017
5	RESEX Filhos do Mangue (antiga Boa vista de Quatipuru)	Criação	ICMBio	PA	33.348	Diagnóstico fundiário e consulta pública	2017
6	REBIO Pauini	Criação	AM	AM	554.716		Alinhamento com Secretario
7	RESEX Mamiá	Criação	AM	AM	299.174		Alinhamento com Secretario
8	PE das Nascentes	Recategorização	RR	RR	484.235	Inicial	18/19
9	PE Catrimani	Recategorização	RR	RR	475.664	Inicial	18/19
10	RDS Xerui	Recategorização	RR	RR	360.520	Inicial	18/19
<b>Total</b>					<b>2.494.082</b>		

Mauricio Voivodic (WWF/BR) questiona sobre o possível efeito das eleições para governador no AM sobre o seguimento dos processos de criação. Warwick informa que o principal efeito é a alteração de equipe, mas que só será possível saber após o resultado das eleições. A princípio, a equipe chave da SEMA/AM se mantem.

José Pedro considera pertinente a preocupação e informa que seria possível vincular a liberação dos recursos para apoio à criação no AM por meio de um documento de compromisso junto ao Secretário de Meio Ambiente. Thiago Barros acrescenta que o ACT existente com o estado de AM no âmbito do Arpa já institucionaliza a cooperação. Ressalta também que a Secretaria de Biodiversidade (SBio/MMA) fez consultas formais aos órgãos gestores e que foram recebidas cartas manifestando o interesse específico em apoiar os processos de criação aqui listados, portanto o compromisso de avançar com a agenda de criação no estado já estaria formalizado. José Pedro reitera que é possível aprovar o apoio a esses processos do AM condicionado a um compromisso do novo governo em seguir com a criação das áreas.

Paulo Carneiro fala sobre a criação do PN Campos Ferruginosos (PA), em junho de 2017, e questiona porque essa UC não foi incluída na contabilização da meta. Renata Gatti (MMA) esclarece que a criação do Parque não recebeu apoio financeiro do programa, e por isso não é contabilizada para a meta.

Voltando à lista de processos de criação para apoio, Renata informa que dois processos estaduais de Rondônia que constavam na lista apresentada na última reunião (PE Ilha das Flores e RDS Surpresa) serão criadas com recursos do próprio estado, e, portanto, saíram da lista de pedido de apoio pelo FT.

Paulo Sodré questiona sobre os outros três processos de criação estaduais de Rondônia que constavam na lista de pedido de apoio pelo FT na reunião de fevereiro de 2017 e que, após a não aprovação pelo CFT, foram incluídos na Fase II. Renata apresenta então a lista dos 14 processos de criação já em execução, que eram apoiados inicialmente pela Fase II e que migraram para o Fundo de Transição em abril de 2017. Nessa lista estão presentes 3 processos de criação de Rondônia que tiveram o apoio negado pelo FT anteriormente, sendo elas: PE Serra Grande (23.185 ha), RESEX Rio Machado (7.832 ha) e RDS Limoeiro (18.924 ha). Paulo lamenta o apoio a áreas tão pequenas, cujo custo por hectare acaba sendo muito elevado, e sugere que em situações futuras sejam selecionados processos com área mais significativa.

Renata apresenta brevemente as 5 propostas federais, que incluem a ampliação de 70 mil ha do PN Viruá, que já recebe apoio do Arpa para consolidação. Informa que 90% dessa área foi destinada pelo programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e, portanto, a questão fundiária já está regularizada. A ESEC Maracá, que também recebe apoio do Arpa para consolidação, tem outra proposta de ampliação na qual 22% da área já estaria regularizada.

Renata esclarece que caso os 10 processos de criação apresentados sejam apoiados e resultem em criação, bem como os outros 14 processos já em execução, seria atingida uma área de 6.976.874 hectares criados, equivalente a 116% da meta. O MMA solicita então que o desconto referente ao não cumprimento da Condição de Desembolso nº 8 seja reconsiderado, já que os pedidos de apoio à criação apresentados ao CFT desde novembro foram negados.

Christian (KfW) pergunta se uma vez atingida a meta, não serão mais apoiados processos de criação pelo FT. José Pedro comenta que no âmbito do MMA, especialmente na atual gestão, há um grande interesse em criar novas áreas, mas que cabe ao CFT avaliar se irá prosseguir ou não com o apoio à criação após o atingimento da meta. Paulo Carneiro lembra que as áreas informadas nas propostas de criação são áreas de estudo, e que após a realização dos estudos e consulta pública a área final tende a ser reduzida.



Marco Lentini levanta a questão da meta de criação da Fase II (13,5 milhões ha), que ainda não foi atingida, e pergunta se tentaremos atingir a meta do programa como um todo, somando as metas das Fases I, II e FT. Paulo pondera que seria mais adequado considerar as metas separadamente, já que o orçamento foi estimado com base na meta definida para cada fase.

Paulo comenta também que a preocupação não deve ser apenas com criação, e defende que o ideal seria que houvesse recursos que possibilitassem a migração das UCs consolidadas em grau I para grau II, o que não é previsto no MOP atualmente.

Warwick reitera o pedido de reconsideração do desconto pelo não cumprimento da Condição de Desembolso nº 8, já que o apoio aos processos de criação não é aprovado desde novembro. Paulo ressalta que o desembolso aprovado para o biênio é sempre muito superior aos valores de fato solicitados pelas UCs e, portanto, o corte de cerca de 10% relativo a essa CD não afetaria as atividades previstas já que a execução é historicamente inferior a 60% do valor planejado.

Rosa lembra também que a não aprovação de apoio aos processos de criação pelo CFT não foi o fator impeditivo ao atendimento da condição, já que há 14 processos em execução desde a Fase II e alguns se prolongam há vários anos, sem efetivação da criação até o momento. Manoel pondera que de fato essa não foi a razão principal do não atingimento da meta, mas que considerando o momento atual da administração pública há um mérito no pleito que talvez mereça ser considerado, apesar das questões técnicas.

Thiago complementa lembrando que existe um fator político muito forte que afeta o tempo de criação das áreas, e que é importante aproveitar as janelas de oportunidade para utilizar os recursos que permitem avançar com a criação. Considera que este é um momento propício politicamente para a criação, tanto no âmbito federal quanto estadual, e solicita novamente a reconsideração da questão.

Mauricio coloca que o corte não afetaria o orçamento para criação no próximo biênio, e sim o apoio à consolidação e manutenção das UCs. Reforça também a questão da execução muito inferior aos tetos aprovados, e reflete que talvez devêssemos discutir formas de melhorar a execução dos recursos ao invés de aprovar valores muito superiores à real capacidade de absorção das UCs.

José Pedro explica que a conjuntura política do governo anterior não possibilitou a criação de novas áreas no período, e que essa agenda está sendo retomada pelo MMA agora. Paulo Sodré pondera que, considerando o momento atual de escassez de recursos na administração pública e o esforço reconhecido para criação de novas áreas pelo ICMBio e MMA, o CFT poderia reconsiderar o desconto. Passa então a palavra aos demais membros doadores para votação.

Avecita (Moore) e Felipe Starling (Anglo American) concordam em reconsiderar o desconto. Meg (WWF/US) se coloca contrária por considerar que o desconto não afetará a execução das atividades previstas, e que reconsiderá-lo seria descartar todo o desenho e cumprimento das condições de desembolso planejados no início da Fase III junto aos doadores. Sugere que o desconto seja aplicado nesse momento e reavaliado no próximo ano, após os resultados de criação esperados nesse período.

Mauricio concorda com a Meg e considera importante para os doadores que o cumprimento das regras seja seguido, fortalecendo o programa. Sugere que a execução seja acompanhada nesse período e, caso atinja-se um percentual alto de execução em 2018, o valor do desembolso seja revisto para 2019.

Warwick propõe a definição de um gatilho diferenciado, ao invés do prazo de um ano, permitindo uma reavaliação nas próximas reuniões. Manoel sugere que o gatilho seja relativo aos esforços de criação, e não à execução dos recursos, considerando o compromisso do Ministro e a própria meta que gerou o desconto.

Ilana apresenta os valores Planejado, Solicitado e Executado pelos POs 2014/2015 e 2016/2017 do FT. No PO 2014/2015 foram solicitados 55% dos recursos Planejados, e no PO 2016/2017 há apenas 23% de solicitações até o momento. Ilana ressalta que no Planejado do PO atual estão o valor Planejado para as 44 UCs que estão no FT desde 2016 somado ao saldo das 70 UCs que migraram da Fase II para o FT em abril. Thiago lembra também que o PO 2014/2015 teve apenas um ano de duração e 7 UCs, o que justificaria a baixa % de solicitação, e informa que o PO 2014/2015 da Fase II foi finalizado com 67% de execução.

**Tabela 3.** Valores Planejado, Solicitado, Executado e Comprometido para os POs 2014/2015 e 2016/2017 do FT (data de corte 30/06/2017).

POA	Planejado	Solicitado	%	Executado	%	Comprometido	%	Executado + Comprometido
<b>PO 2014/2015</b>	10.512.274,04	5.815.318,88	55%	4.868.927,32	84%	1.236.776,61	105%*	6.105.703,93
<b>PO 2016/2017 (todas UCs pós migração)</b>	86.781.860,61	20.280.968,74	23%	12.571.460,99	62%	2.742.389,01	76%	15.313.850,00
<b>TOTAL</b>	<b>97.542.874,43</b>	<b>26.096.287,62</b>	<b>27%</b>	<b>17.440.388,31</b>	<b>67%</b>	<b>3.979.165,62</b>	<b>82%</b>	<b>21.419.553,93</b>

\* A execução acima de 100% significa que o valor planejado nas solicitações foi inferior aos valores reais de compra.

Mauricio solicita que seja informado o valor do corte referente ao não cumprimento das condições de desembolso, e Ilana apresenta os dados do relatório J. De acordo com o modelo financeiro, que é baseado no modelo de custos e na contrapartida informada pelos órgãos gestores (OGs), o desembolso para o próximo biênio foi estimado em R\$111.897.408,13. Sobre esse valor é então aplicada a fórmula de desembolso, que considera o percentual de atingimento de cada condição e seu respectivo peso.

Ilana ressalta que o corte referente à condição nº 8 (criação) é geral, enquanto o corte referente à condição nº 11 (número de funcionários) é aplicado separadamente para cada OG. O ICMBio atingiu 75% da condição 11, enquanto os estados de RO e AM atingiram 87% e 95%, respectivamente. O valor do corte total considerando o desconto nas duas CDs seria de R\$15.685.203,70, resultando em um valor final de R\$96.212.204,43 para o biênio.

**Tabela 4.** Resultado da aplicação da fórmula das condições de desembolso para cada Órgão Gestor.

	Estimativa desembolso FT	% de cumprimento das condições de desembolso	Valor do corte	Estimativa após aplicação da fórmula
AC	2.071.493,70	90,0%	208.185,12	1.863.308,59
AM	17.317.619,48	88,7%	1.956.891,00	15.360.728,48
AP	740.716,46	90,0%	74.442,00	666.274,45
ICMBio	63.305.488,65	83,7%	10.318.794,65	52.986.694,00
MT	8.875.982,60	90,0%	892.036,25	7.983.946,35
PA	2.050.807,89	90,0%	206.106,19	1.844.701,69
RO	8.198.489,26	86,7%	1.090.399,07	7.108.090,19
RR	1.729.818,10	90,0%	173.846,72	1.555.971,38
TO	761.972,34	90,0%	76.578,22	685.394,12
Qualquer	6.845.019,65	90,0%	687.924,48	6.157.095,18
<b>Total</b>	<b>R\$ 111.897.408,13</b>	-	<b>R\$ 15.685.203,70</b>	<b>R\$ 96.212.204,43</b>

Somando-se a esse valor os 14% de Gestão do Fundo, R\$2 milhões para execução da Coordenação do Programa e R\$200.000 para Secretaria do CFT, chega-se ao valor total de R\$111.897.408,13 para desembolso.

Rosa sugere que se retorne ao pedido de apoio à criação para deliberação do CFT. Paulo Sodré pergunta se as 5 propostas federais passaram também pela aprovação do Painel Científico de Aconselhamento (PCA). Renata informa que houve uma avaliação à distância pelos membros do Painel, e todas as propostas foram recomendadas. Warwick esclarece que o parecer do PCA ainda não foi encaminhado ao CFT porque precisa passar anteriormente pelo Comitê do Programa (CP), que terá reunião na próxima semana (10/08/2017). Renata relembra que o pedido de apoio é no valor de R\$1,9 milhões para as 10 propostas, já que várias delas já estão em estágio avançado no processo de criação, além de um saldo extra de R\$600.000 para apoio a eventuais processos que possam aparecer ao longo do biênio.

Christian levanta o questionamento da Adriana Moreira em reuniões anteriores a respeito dos processos que já tiveram apoio no passado e que não se concretizaram em criações. Thiago lembra que na última reunião foi apresentado o valor gasto em processos cancelados e que este ficou em torno de R\$1.600,00, sendo, portanto, um valor irrisório. Ressalta também que alguns dos processos cancelados acabaram sendo criados posteriormente, como foi o caso das 5 UCs federais criadas na região do Apuí em 2016.

Christian se coloca então favorável ao apoio das 10 propostas apresentadas nessa reunião, considerando o momento político e a janela de oportunidade para criação. Mauricio também avalia as propostas como muito relevantes para a conservação, e coloca-se favorável ao apoio. AVECITA, Meg e Felipe também aprovam, portanto **as 10 propostas de criação são aprovadas por unanimidade pelo CFT, no valor de R\$1,9 milhões para o biênio 2018/2019. Não foi aprovada a solicitação de R\$600.000 para apoio a eventuais propostas de criação que surjam no período.**

Os doadores se reúnem separadamente para deliberar sobre o desconto referente às condições de desembolso. Retornando, Paulo Sodré informa que **os doadores acordaram que o desconto referente à condição de desembolso nº 11 (número de funcionários) será mantido.** No entanto, como forma de reconhecer o esforço da gestão atual do MMA com relação à criação de novas áreas, **a condição 8 terá o desconto suspenso até maio de 2018, quando haverá nova avaliação com base nos avanços em criação nesse período. Essa avaliação levará em consideração o percentual de atingimento da meta de 6 milhões para calcular o valor do desembolso.** Mauricio esclarece que essa reconsideração é na verdade uma extensão de um ano do prazo para atendimento à condição, e que a regra prevista no MOP será novamente aplicada em maio de 2018.

Anexa a esta Ata, se encontra a planilha com os valores ajustados após as deliberações acima.

#### **V. APRESENTAÇÃO PRINCIPAIS PONTOS RELATÓRIO J: APLICAÇÃO DA FÓRMULA PARA CONDIÇÕES DE DESEMBOLSO E PROPOSTA FINAL DE DESEMBOLSO PARA O PRÓXIMO BIÊNIO**

Informações contempladas no item anterior.

#### **VI. ATUALIZAÇÃO E DELIBERAÇÕES SOBRE PROGRAMA PAISAGENS SUSTENTÁVEIS (DOAÇÃO GEF)**

José Pedro fala rapidamente sobre o Programa Paisagens Sustentáveis Amazônicas. Informa que foram realizadas no período consultas públicas para apresentação das salvaguardas, sendo a última em 01/08, em Rio Branco. A reunião de *Appraisal* está prevista para 14/08, e a negociação em 19/09.

Ilana lembra que um dos encaminhamentos da última reunião do CFT foi a inclusão das salvaguardas do programa Paisagens Sustentáveis no MOP do FT, e esclarece que o documento ainda não pôde ser apresentado nessa reunião porque está em revisão após a última consulta pública, realizada recentemente.

**Na próxima reunião será apresentado o documento final das salvaguardas para inclusão como anexo no MOP.**

#### **VII. PROPOSTA BNDES**

Rosa informa que será realizada uma reunião entre o Funbio e MMA para alinhamento, e na próxima reunião do CFT serão apresentados maiores detalhes sobre a proposta.

#### **VIII. NOVA REPRESENTAÇÃO DO CFT NO COMITÊ DO PROGRAMA (CP)**

Paulo informa que com a saída do Arthur Liacre da Anglo American, há uma vaga livre para representante dos doadores no Comitê do Programa (CP). Atualmente estão como representantes a Maitê (Moore) e Marco Lentini (WWF). A Anglo tem interesse em manter sua vaga, substituindo o Arthur por Aldo Souza também na representação do CP. Paulo Sodré pergunta aos demais doadores se teriam alguma outra indicação para ocupar a vaga, e todos concordam com a manutenção do assento da Anglo. **Fica então**

definido que a Anglo American continuará ocupando o assento de representante dos doadores no CP, junto com WWF e Moore.

## **IX. DISCUSSÃO SOBRE PROPOSTA PARA NOVA RODADA DE CAPTAÇÕES PRIVADAS**

Felipe Starling e Tiago Alves (Anglo American) fazem uma apresentação sobre as captações privadas. Ressaltam que o fato da Anglo não ter nenhuma atividade no bioma Amazônico e mesmo assim apoiar o Arpa pode transformá-la em uma bandeira para outros possíveis doadores, reforçando a importância do programa no âmbito socioambiental.

Tiago informa que a equipe de Comunicação e Sustentabilidade da Anglo está à disposição do Arpa para desenvolver uma estratégia conjunta que valorize a marca e identidade, divulgando e dando visibilidade ao programa. É importante também pensar o que pode ser oferecido como atrativo às empresas, além da reputação e do próprio valor da conservação. Paulo Sodré ressalta que é importante refletir com cuidado sobre os setores a serem contatados, que o WWF tem seus próprios critérios e o FT também. Felipe sugere que sejam pré-selecionadas as empresas que tem um selo de sustentabilidade forte, e apresenta uma lista prévia que inclui empresas dos setores financeiro, industrial, de energia, serviços, entre outros.

Felipe levanta a discussão sobre o valor mínimo para doação ao programa, que era de US\$5 milhões. No entanto, considerando o momento financeiro atual esse valor poderia ser reavaliado e talvez reduzido, de forma a atingir mais empresas. Lembra que no passado houve doações no valor de US\$1 milhão da Natura e O Boticário. **O CFT aprova o limite mínimo de US\$1,5 milhão para doações ao FT.**

Tiago solicita também ao CFT a autorização formal à Anglo para seguir na função de captadores privados, o que já vem ocorrendo de forma implícita. Comenta sobre o *draft* do regimento do subcomitê de doadores corporativos que foi circulado entre os membros do CFT para avaliação e comentários, e também sobre o Plano de Divulgação e Visibilidade a ser desenvolvido sob a supervisão do MMA.

José Pedro agradece e responde que o MMA está de acordo com o papel da Anglo enquanto captadora. AVECITA pergunta sobre a participação do Funbio na captação e Rosa esclarece que o Funbio está trabalhando junto com a Anglo nesse sentido, realizando reuniões regulares a respeito. Considerando que não houve comentários dos membros do CFT a respeito do *draft* encaminhado, **Tiago informa que o regimento será desenvolvido nos moldes apresentados e trazido para aprovação na próxima reunião.**

Tiago pede autorização para que a Anglo inscreva o Arpa no prêmio Hugo Werneck, um dos maiores prêmios de sustentabilidade do Brasil. Pergunta se há alguma objeção por parte do FT, e todos concordam e agradecem a iniciativa.

## **X. A QUESTÃO DA INSERÇÃO DOS OGS ESTADUAIS: ARTICULAÇÃO COM OS OGS ESTADUAIS E ANDAMENTO DA CONSULTORIA CONTRATADA**

Renata informa sobre o andamento da consultoria. O produto 1 com a análise dos sistemas financeiros dos estados do AC, AM, AP e MT foi entregue. A comissão de acompanhamento revisou os produtos e solicitou uma série de ajustes para que este atenda aos requisitos de qualidade e conteúdo mínimo necessário.

Paulo solicita que o CFT tenha um acompanhamento mais próximo dos resultados e Renata informa que assim que os produtos forem aprovados em sua versão final, serão encaminhados ao CFT e divulgados no site do programa.

## **XI. ATIVOS FINANCEIROS: ATUALIZAÇÃO CONTRATAÇÃO GESTOR DE ATIVOS INTERNACIONAL E ATUALIZAÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FAP**

Christian informa que o edital de pré-qualificação foi publicado, e que a data limite para recebimento das manifestações de interesse é 07/08. No dia 14 está agendado um call da comissão para avaliação das manifestações recebidas. De acordo com o cronograma atual o *Beauty Contest* deve ocorrer em janeiro de 2018, sendo a contratação concluída até o final do 1º trimestre de 2018.

Com relação à transferência de recursos do FAP, Christian informa que a carta está em elaboração e será encaminhada nas próximas semanas.

## **XII. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Warwick apresenta rapidamente o planejamento do MMA para a comemoração de 15 anos do Arpa. Os objetivos seriam aumentar o conhecimento e consciência da sociedade sobre a importância da Amazônia e arrecadar recursos de novos doadores para o Arpa (fundraising). Apresenta uma lista sugestiva com dez ações pensadas pelo MMA para os próximos meses.

Mauricio comenta que apesar de interessante, a lista parece ambiciosa em termos financeiros, recursos humanos e tempo. Sugere que sejam definidas as estratégias mais relevantes e levantado o orçamento, e informa que o WWF está à disposição para apoiar com pessoal e possivelmente recursos financeiros.

Paulo Sodré pontua que é importante definir qual o orçamento e de onde vem. José Pedro pondera que na situação atual de cortes nos órgãos públicos o apoio financeiro do MMA poderia gerar reações negativas, mas que os recursos humanos estão à disposição para apoiar.

Rosa informa que o Funbio se coloca à disposição para apoiar a organização do evento no Museu do Amanhã, sugerido pela Adriana Moreira em reuniões anteriores. Paulo e Mauricio consideram a ideia boa, e sugerem que esta seja definida como celebração principal, nas datas tentativas de 23 ou 30 de outubro. Rosa sugere que seja levantada uma lista de possíveis palestrantes para que sejam iniciados os contatos.

Warwick concorda com a realização do evento no Rio de Janeiro, mas coloca que seria importante também realizar eventos na Amazonia ou em Brasília. Sugere um evento no Itamaraty e outro em Manaus. Paulo ressalta a dificuldade de levar parceiros importantes para a região amazônica, e todos concordam.

**Fica definido o evento no Museu do Amanhã na tarde/noite dos dias 23 ou 30 de outubro como celebração principal de comemoração de 15 anos do Arpa.** Funbio, WWF e MMA já tem uma comissão formada para tratar desse evento, que a princípio deve contar com duas ou três palestras, alguma apresentação cultural e um jantar comemorativo.

O presidente encerra a reunião agradecendo a presença de todos.

Quadro de Encaminhamentos e Deliberações	Responsáveis
<b>ENCAMINHAMENTO:</b> Apresentação da versão completa do modelo de custos atualizado na próxima reunião e inclusão de um ponto de pauta nas reuniões do CFT referente à projeção do Fundo até 2039 e a situação atual de recursos.	MMA/Funbio
<b>DELIBERAÇÃO:</b> O CFT aprova unanimemente a sugestão de alteração dos relatórios do FT. Os relatórios A e F passam a ser entregues bianualmente, nos anos de planejamento, e o relatório C passa a incluir o conteúdo mínimo do relatório F.	Funbio – atualizar o MOP
<b>DELIBERAÇÃO:</b> O CFT aprova unanimemente a inclusão de quatro novas atividades elegíveis no Marco Referencial Gestão Participativa: (1) Conservação e Manejo de Recursos Naturais; (2) Gestão Integrada de UCs e Terras Indígenas; (3) Fortalecimento da Organização Comunitária; (4) Formação e Capacitação.	Funbio – atualizar o MOP
<b>ENCAMINHAMENTO:</b> Criação de uma linha específica que permita a relatoria financeira para os projetos comunitários.	Funbio
<b>DELIBERAÇÃO:</b> O CFT aprova unanimemente o apoio às 10 propostas de criação apresentadas pelo MMA, no valor de R\$1,9 milhões para o biênio 2018/2019 Não foi aprovado o orçamento de R\$ 600 mil para possíveis propostas de criação que surgirem ao longo do biênio.	
<b>DELIBERAÇÃO:</b> O CFT decide que o desconto referente ao não cumprimento da condição de desembolso nº 11 (número de funcionários) será mantido. O desconto referente à condição de desembolso nº 8 (criação) ficará suspenso até maio de 2018, quando a regra prevista no MOP será novamente aplicada com base nos avanços em criação nesse período.	
<b>ENCAMINHAMENTO:</b> Na próxima reunião será apresentado o documento final das salvaguardas para inclusão como anexo no MOP.	MMA/Funbio
<b>DELIBERAÇÃO:</b> O CFT delibera que a Anglo American continuará com o assento de representante dos doadores no CP, na figura de Aldo Souza.	
<b>DELIBERAÇÃO:</b> O CFT aprova o valor de US\$1,5 milhão como limite mínimo para doações ao FT.	
<b>ENCAMINHAMENTO:</b> O regimento do subcomitê dos doadores corporativos será trazido pela Anglo para aprovação do CFT na próxima reunião.	Anglo American
<b>ENCAMINHAMENTO:</b> Fica definido o evento no Museu do Amanhã na tarde/noite dos dias 23 ou 30 de outubro como celebração principal de comemoração de 15 anos do Arpa. Funbio, WWF e MMA tem uma comissão para tratar desse evento.	Funbio/MMA/WWF

Brasília, 03 de agosto de 2017.



**Membros do CFT institucionais:**

---

**Antonio Paulo Sodré (WWF/Brasil)**

---

**Meg Symington (WWF/US)**

---

**Avecita Chicchon (Moore Foundation)**

---

**Christian Lauerhass (KfW)**

---

**Gustavo Fonseca (GEF/Brasil) (por telefone)**

---

**Membro CFT Corporativo:**

---

**Felipe Starling (Anglo American)**

**Membro CFT Governo:**

---

**Warwick Manfrinato (MMA/Brasil)**

---

**Marcelo de Paula (MPOG/Brasil)**

**Equipe técnica do governo:**

---

**Marcelo Cruz (MMA/Brasil)**

---

**Marcus Barreto (MPOG/SOF)**

---

**Thiago Gil Barros (MMA/Brasil)**

---

**Renata Gatti (MMA/Brasil)**

---

**Consultor Intrínseco:**

---

**Paulo Carneiro (ICMBio)**

---

**Adriana Leão (ICMBio)**

**Secretaria Executiva do CFT:**

---

**Rosa Lemos**  
**Secretária Geral do Funbio**

---

**Manoel Serrão**  
**Superintendente de Programas do Funbio**

---

**Ilana Nina de Oliveira**  
**Gerente do Programa Arpa no Funbio**

---



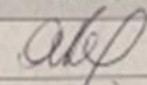
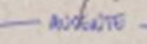
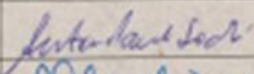
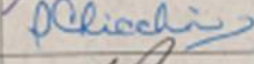
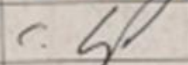
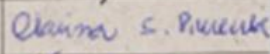
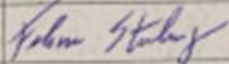
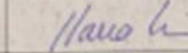
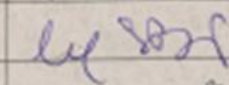
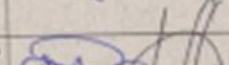
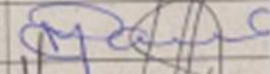
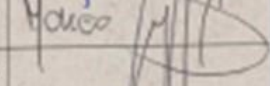
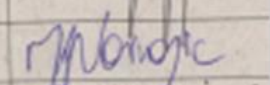
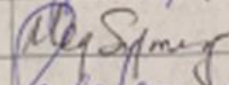
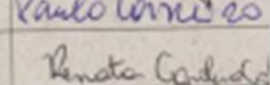
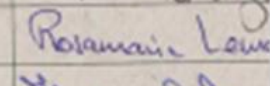
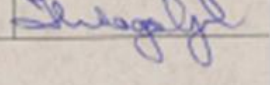


**Clarissa Scofield Pimenta**  
**Assistente do Programa Arpa no Funbio**

**Anexo 1: Valores para biênio 2018/2019 após deliberações do CFT em 03 de agosto de 2017.**

Abaixo estão detalhados os valores para o biênio 2018/2019, após deliberações do CFT em relação aos custos de criação e ao corte referente à condição nº8:

<b>OG</b>	<b>Estimativa desembolso FT</b>	<b>% de cumprimento das condições de desembolso</b>	<b>Valor do corte</b>	<b>Desembolso após aplicação da fórmula</b>
<b>AC</b>	2.071.493,70	100%	-	2.071.493,70
<b>AM</b>	17.317.619,48	98,8%	216.470,24	17.101.149,23
<b>AP</b>	740.716,46	100%	-	740.716,46
<b>ICMBio</b>	63.305.488,65	93,8%	3.956.593,04	59.348.895,61
<b>MT</b>	8.875.982,60	100%	-	8.875.982,60
<b>PA</b>	2.050.807,89	100%	-	2.050.807,89
<b>RO</b>	8.198.489,26	96,8%	266.450,90	7.932.038,36
<b>RR</b>	1.729.818,10	100%	-	1.729.818,10
<b>TO</b>	761.972,34	100%	-	761.972,34
<b>Qualquer</b>	6.284.329,52	100%	-	6.284.329,52
<b>Total</b>	<b>111.336.718,00</b>	-	<b>4.439.514,19</b>	<b>106.897.203,81</b>
<b>Gestão do Fundo (14%)</b>				<b>14.965.608,53</b>
<b>Custos MMA</b>				<b>2.000.000</b>
<b>Custos Secretaria CFT</b>				<b>200.000</b>
<b>Total desembolso biênio 2018/2019</b>				<b>R\$124.062.812,35</b>

Anexo 2: Lista de Presença

 				
Reunião do Comitê do Fundo de Transição – 03/08/2017 Brasília				
LISTA DE PRESENÇA – 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO				
Nº	Nome	Instituição	Contato	Assinatura
1	Adriana Leão	ICMBio	adriana.leao@icmbio.gov.br	
2	Aldo Souza	Anglo American	aldo.souza@angloamerican.com	
3	Antonio Paulo de A. Sodré	WWF-BR	apasodre@gmail.com	
4	Avecita Chicchón	Gordon e Betty Moore	Avecita.Chicchon@moore.org	
5	Christian Lauerhass	KfW	christian.lauerhass@kfw.de	
6	Clarissa Pimenta	Assistente de Projetos ARPA/Funbio	clarissa.pimenta@funbio.org.br	
7	Felipe Moreira dos Santos Starling	Anglo American	felipe.starling@angloamerican.com	
8	Gustavo Fonseca	GEF	gfonseca1@thegef.org	(via telefone por parte da reunião)
9	Ilana Nina	Gerência ARPA/Funbio	ilana.nina@funbio.org.br	
10	Manoel Serrão	Superintendente de Programas/Funbio	manoel.serrao@funbio.org.br	
11	Marcelo Cruz	Secretaria Executiva/MMA	marcelo.cruz@mma.gov.br	
12	Marcelo Moises de Paula	SEAIN/MPDG	marcelo.paula@planejamento.gov.br	
13	Marco Lentini	WWF/Brasil	marcolentini@wwf.org.br	
14	Marcus Barreto	SEAIN/MPDG	marcus.barreto@planejamento.gov.br	
15	Mauricio Volvodic	Diretor Executivo/WWF-Brasil	mauricio@wwf.org.br	
16	Meg Symington	WWF-US	meg.symington@wwfus.org	
17	Paulo Carneiro	ICMBio	paulo.carneiro@icmbio.gov.br	
18	Renata Gatti	MMA	renata.gatti@mma.gov.br	
19	Rosa Lemos de Sá	Secretária-Geral/Funbio	rosa.lemos@funbio.org.br	
20	Thiago Barros	Coordenador Fomento ao SNUC /MMA	thiago.barros@mma.gov.br	



21	Tiago Alves	Anglo American	tiago.alves@angloamerican.com	
22	Warwick Manfrinato	MMA	warwick.manfrinato@mma.gov.br	
23	CRISTOPHE BALMANT	MMA	cristophe.balmant@mna.gov.br	
24	Edgar B Silva	Consultor ARPA	edgar.silva.consultor@ mma.gov.br	
25	José Pedro Costa	MMA - Sero	jospecosta@terra.com.br	
26	Welles Abreu	MMA	welles.abreu@mna.gov.br	
27	Julia Zapata R. Dau	ICMANS	julia.zapata@icmans.gov.br	
28	Simon Triebel	Embaixada Alemanha	simon.triebel@diplo.de	